

MOVIMENTO SEM TETO DO CENTRO

MORADIA
COMO PRÁTICA
DE CIDADANIA

LUTAR
LOCUPAR

RESISTIR

CONSTRUIR

CUIDAR

MORAR

EDUCAÇÃO, SAÚDE, TRABALHO, CULTURA, POLÍTICA, MEIO
AMBIENTE, ATIVIDADE ESPORTIVA, MOBILIDADE, DIREITO
À CIDADE, EMPODERAMENTO SOCIAL, TRANSFORMAÇÃO
PESSOAL, TRANSFORMAÇÃO SOCIAL, TRANSFORMAÇÃO
URBANA, VALORIZAÇÃO DA ARQUITETURA,
CRIANÇAS, JOVENS, ADULTOS, IDOSOS, CUIDADO

MORADIA

COMO PRÁTICA

DE CIDADANIA

EM 1888, FOI ASSINADA NO BRASIL, A LEI ÁUREA (LEI IMPERIAL N.º 3.353), QUE SUPOSTAMENTE EXTINGUIRIA A ESCRAVIDÃO NO PAÍS. NÃO HAVENDO NENHUMA POLÍTICA PÚBLICA RELATIVA A TRABALHO, EDUCAÇÃO, SAÚDE, CULTURA OU MORADIA VOLTADA À POPULAÇÃO NEGRA, ESSA DATA NÃO É CELEBRADA.

“Abolição nunca existiu. Foi negado o acesso à moradia e à terra aos ex-escravizados. Também aconteceu com os índios e acontece hoje com todos os excluídos desse sistema que não quer perder sua mão-de-obra barata [...]O que querem de nós? Que a gente se contente com fome e favela? É ruim, hein!”

Carmen Silva, líder MSTC

“Foi-se a chibata e implantou-se a lei. Ambas sob a tutela das mesmas mãos. Mãos dos senhores de engenho. ‘Senhôzinho, não me toque!’ Mesmo levando a minha alma, as marcas não sairão.”

Preta Ferreira, *Minha Carne*, 2019

Citação extraída do portal Jornalistas Livres, a partir de entrevista realizada por Flávia Martinelli com Carmen Silva.

Foto: Rodrigo Zaim, durante gravação do videoclipe “Minha Carne” (2019), de Preta Ferreira. Direção de Tarsila Araújo, Sônia Ara Mirim e Preta Ferreira. Na foto: Carmen Silva e Preta Ferreira, no MASP, em São Paulo.

APRESENTAÇÃO

Esta publicação é fruto da colaboração entre MSTC, Escola da Cidade, O grupo inteiro e uma extensa rede de colaboradores, na ocasião da apresentação do movimento na Bienal de Arquitetura de Chicago (2019), intitulada: “*And Other Such Stories...*”.

O processo de pesquisa envolvido nessa publicação, bem como na exposição apresentada em Chicago, colaborou na consolidação do chamado Estúdio 9 de Julho. Um projeto político-pedagógico e de extensão, no qual os alunos da Escola da Cidade tem a possibilidade de atuar diretamente em campo, dentro da Ocupação 9 de Julho, simultaneamente aos cursos que frequentam na escola. O Estúdio dá sequência e fortalece as ações da Escola junto ao MSTC, desde a criação inovadora de uma parceria entre arquitetura, cinema e ensino na produção do filme “*Era o Hotel Cambridge*” (2016).

Os conteúdos a seguir apresentam o MSTC como um movimento social organizado com uma sofisticada atuação em rede para a conversão de espaços abandonados em habitação para trabalhadores de baixa renda, acolhendo e transformando a vida de crianças, jovens, adultos e idosos, incluindo imigrantes e refugiados. Visa, principalmente, multiplicar e compartilhar os conhecimentos do movimento em torno da moradia na cidade de São Paulo. Acredita-se que assim seja possível aproximar novas pessoas interessadas na luta por moradia, sejam elas sem teto, ou sua rede de apoio e assessoria nos âmbitos jurídicos, da cultura, da arquitetura, da educação, entre outros – como já vêm ocorrendo.

As diretrizes conceituais desse material tomam como partido a noção de moradia como prática de cidadania. Enfatizamos, portanto, o reconhecimento da moradia como direito (garantido na constituição federal brasileira de 1988), bem como a ampliação do conceito de morar, não apenas como um teto, mas como direito à cidade, incluindo: saúde, educação, mobilidade, cultura, segurança e toda a infraestrutura para uma vida digna numa grande metrópole excludente como São Paulo, na qual a especulação imobiliária tem causado graves

consequências à vida de pessoas sem teto e de baixa renda, majoritariamente negras.

O reconhecimento internacional do trabalho realizado pelo MSTC colabora com a descriminalização dos movimentos sociais no atual contexto brasileiro marcado por retrocessos em direitos e conquistas obtidas nos últimos anos colocam em risco sua importante atuação.

Durante a produção desta exposição, a líder do MSTC e coordenadora geral Carmen Silva Ferreira, participante oficial desta edição da Bienal de Arquitetura de Chicago, teve sua prisão decretada pelas mesmas acusações de que já havia sido absolvida junto às autoridades jurisdicionais brasileiras – falsas acusações de extorsão de famílias que habitam as ocupações e de conexão com o crime organizado. Carmen não pôde, assim, participar deste evento.

No início de 2019, o MSTC começou a sofrer perseguições políticas sistemáticas. Em 24 de junho de 2019, a cantora e produtora social Janice Ferreira Silva, conhecida como Preta, filha de Carmen Silva Ferreira, foi presa sem informações condenatórias precisas, junto de seus irmãos Sidney Ferreira e Edinalva Franco, também agentes de apoio do MSTC. O caso de Preta tornou-se conhecido nacionalmente e a campanha por sua liberdade está se espalhando, apoiada por muitas figuras públicas importantes. Sua luta se tornou um símbolo da resistência contra forças conservadoras e racistas, que estão agindo para criminalizar movimentos sociais e silenciá-los em seus direitos de protestar e lutar por direitos cívicos.

Como parceiros do MSTC e desta exposição, os editores e todos que participaram dessa publicação gostariam de expressar o apoio a todos os movimentos sociais sérios e éticos no Brasil, e de outros países do mundo que enfrentam tentativas de natureza semelhante. Enaltecemos os bravos membros de nossas sociedades que trabalham com sua criatividade e se esforçam para lutar por condições melhores e mais igualitárias na vida de nossas cidades.

Que eles sejam respeitados e continuem agindo livremente.

#PRETALIVRE
#SIDNEYLIVRE
#EDINALVALIVRE
LIBERDADE ÀS LIDERANÇAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS.

À BIENAL DE ARQUITETURA CHICAGO

Venho por meio desta agradecer a confiança e respeito do MSTC comigo enquanto sua dirigente.

Neste momento, vivemos um estado de exceção no país que tanto amo, no qual sempre procurei agir com decência e, acima de tudo, me dedicando a incentivar milhares de pessoas para que tenham uma conduta cívica e coletiva; que façam de suas vidas um cotidiano de busca por direitos, com a ampla compreensão de que direito não é assistencialismo. Perceber que a verdadeira ação cidadã se dá na ação e construção de um Estado de absoluta inclusão, cumprindo leis, mas também bradando quando este mesmo Estado for falho e inoperante. Um Estado que não dê continuidade à desordem em curso ou aprofunde as mazelas da falta de moradia digna, incluindo: educação, saúde e mobilidade, acima de tudo. Um Estado que pratique a escuta dos seus.

Ao convidar o MSTC, a Bienal de Arquitetura de Chicago legitima este movimento com a ideologia de verdadeiramente vincular o cidadão à sociedade, com o objetivo de participação real, cumprindo as demandas sociais e de fortalecimento do Estado por meio da participação popular. O MSTC tem premissa de levar aos menos favorecidos socialmente o entendimento do funcionamento das leis, buscando gerir uma formação geopolítica e social de todos que a ele se associam.

O movimento faz o que o Estado não é capaz de fazer. O MSTC aproxima esse cidadão do Estado que tanto o afasta de si. Assim o movimento é um interlocutor direto entre ambos, dizendo aos seus cidadãos que é possível ter qualidade de vida. Produzem assim, uma cidade inclusiva, compacta, geradora de serviços e preparando um cidadão que respeite o Estado de direito, onde esse também possa viver sob o seu julgo.

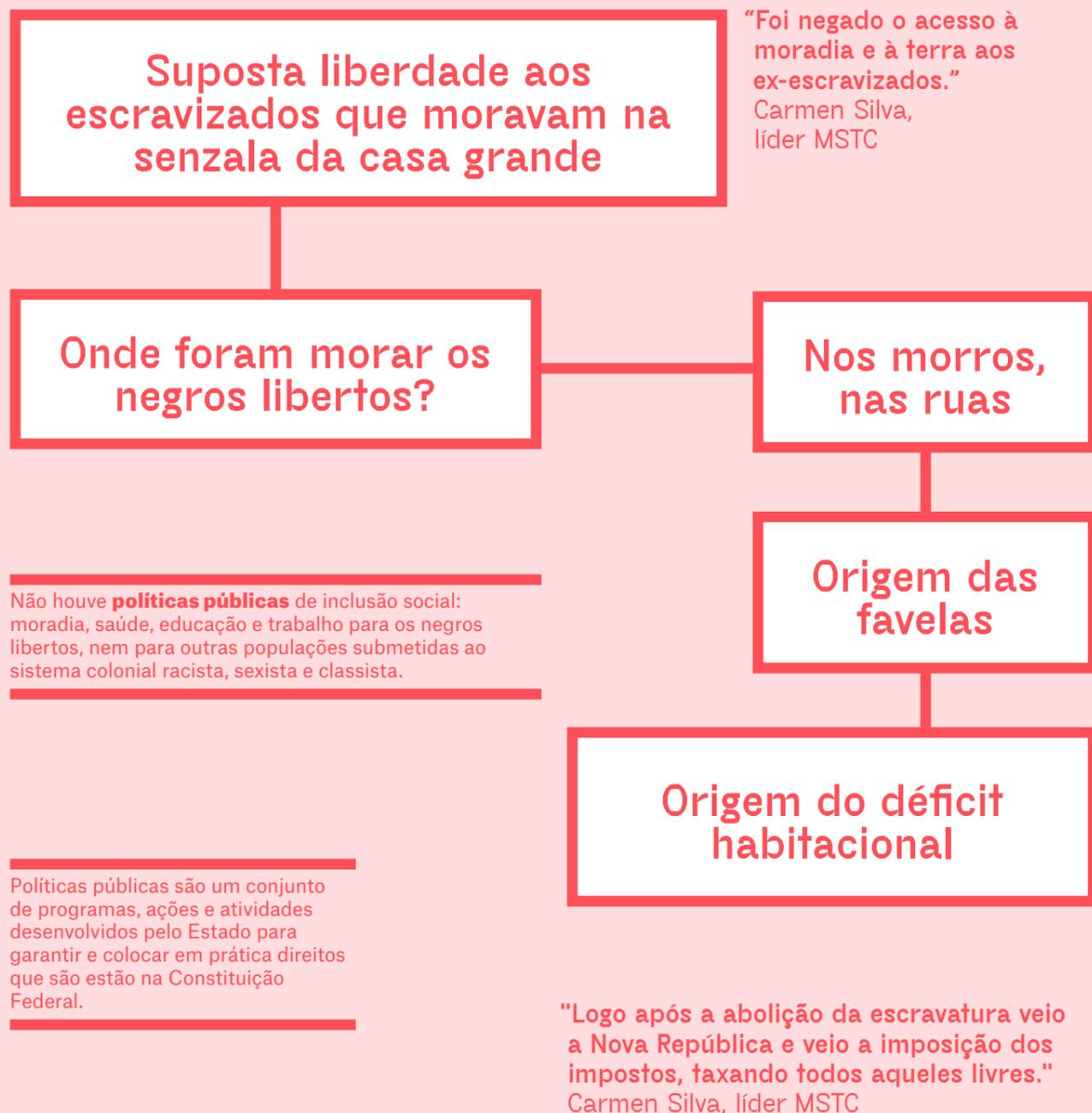
Encontro-me impossibilitada de comparecer e estar com vocês, porém fico agradecida por essa participação. Sou grata pelo reconhecimento de um trabalho simples, porém árduo, que é a formação de cidadãos aptos a reconhecerem que, ao atuar em rede e no coletivo podemos viver em circunstâncias melhores, idealizando uma vivência e convivência com todos, assegurando a diversidade e liberdade, porque não podemos viver nos separando por classes. Nossas convicções são de que a diversidade nos une, nos aproxima e podemos sim fazer o melhor quando se têm boa vontade.

Obrigada à curadoria da Bienal de Arquitetura de Chicago, estarei presente em pensamento e coração!

Sigamos em frente por cidades mais inclusas e que possam entender que somos humanos.

Carmen Silva
Líder do MSTC
Movimento Sem Teto Centro

ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA NO BRASIL LEI ÁUREA, 1888



O QUE É UM MOVIMENTO SOCIAL?



O **MSTC** caminha ao lado da **FRENTE DE LUTA POR MORADIA (FLM)** e a **CENTRAL DE MOVIMENTOS SOCIAIS (CMP)** e acredita que, enquanto houver um trabalhador sem condições de ter uma casa para viver, a luta contra a especulação imobiliária deve continuar. Tem como objetivo, “melhorar a qualidade de vida, habitação, saúde, lazer e cultura para todos os associados e aqueles que querem fazer parte do **MSTC**, defendendo, organizando e desenvolvendo trabalhos sociais gratuitamente”. Prevê a distribuição, entre os participantes, dos benefícios alcançados junto aos órgãos municipais, estaduais, federais (CDHU, COHAB) e iniciativa privada. Realiza ocupações, mutirões de autoconstrução, forma grupos de base e atua no cenário geopolítico regional, municipal, estadual e federal.

GRUPOS DE BASE

SÃO ENCONTROS SEMANAIS OU QUINZENAIS
PARA **EDUCAR**
E **ESCLARECER** SOBRE:

1. **Empoderamento do trabalhador de baixa renda como sujeito de direitos**
2. **Valorização da educação infantil e da saúde da família**
3. **Vida em comunidade e trabalho em conjunto para autogestão**
4. **Direito à moradia**
5. **Importância da regularização da documentação dos associados**
6. **Acesso a Fundos de Investimento social para a habitação**
7. **A relação do Estatuto da Cidade com os Movimentos Sociais**
8. **Direito à cidade**
9. **Incentivo à participação nas agendas dos órgãos públicos**

Os Grupos de Base cumprem a função de educar e esclarecer aqueles que querem se associar ao movimento a respeito de seus direitos, não só relacionados à moradia mas como cidadãos.

Enfatizamos, portanto, o reconhecimento da moradia como direito (garantido na Constituição Brasileira de 1988), bem como a ampliação do conceito de morar, não apenas como um teto mas como direito à cidade, incluindo: saúde, educação, mobilidade, cultura, segurança e toda a infraestrutura para uma vida digna nas cidades.

GRUPOS DE BASE EM FUNCIONAMENTO EM 2019

- **São Domingos**
Reuniões aos domingos.
- **Caguassu**
Possui coordenador fixo.
Reuniões aos domingos a cada 15 dias.
- **Rio Branco**
Reuniões aos sábados a cada 15 dias.
- **Vila Formosa**
Reuniões aos domingos a cada 15 dias.

A PARTICIPAÇÃO NO MOVIMENTO

- é o instrumento mais efetivo para o resgate da cidadania, o que inclui direitos e também deveres;
- resulta em um relatório das demandas para a mobilização do poder público;
- é a força da luta!

“A força que nós temos [contra a criminalização dos movimentos] é a união!”
Fabrício, morador da Ocupação São Francisco

1. EMPODERAMENTO DO TRABALHADOR DE BAIXA RENDA COMO SUJEITO DE DIREITOS

Se os movimentos sociais do século XX foram marcados pelos homens em frente aos portões das fábricas, no século XXI serão as mulheres frente à moradia.

“No MSTC, são mulheres que tomam a frente!” Elizabete Pereira, moradora da Ocupação José Bonifácio

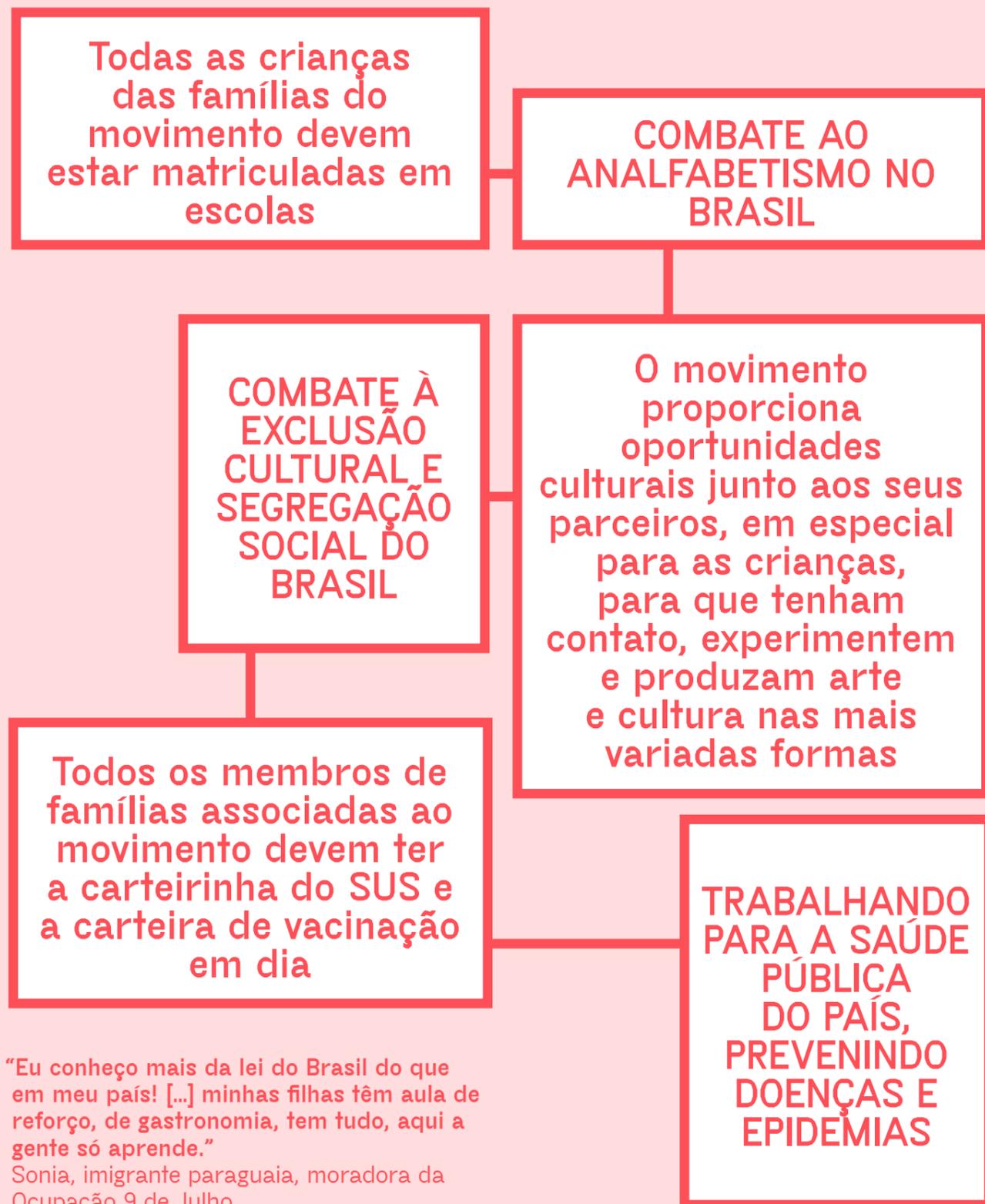
“Eu, mulher negra, moradora de ocupação, resisto! E vou continuar resistindo. Eu não estou sozinha e isso é importante. Eu nunca senti vontade de sair da minha terrinha, mas as coisas ficaram bem complicadas. [...] eu tive perdas bem importantes que me marcou muito. A questão do genocídio, esse eu conheço na pele, conheço de verdade: o genocídio que acontece com a população negra, jovem no Brasil e em especial na cidade de Salvador. Um dos motivos que me trouxe a São Paulo foi essa violência sofrida, eu precisava fugir daquilo então foi também uma fuga.” Dani Neves, moradora da Ocupação 9 de julho

“A minha mudança mesmo é no meu pessoal, no meu profissional, e foi através do Movimento de moradia. Eu trabalhava em casa de família, tá? Eu era doméstica, eu trabalhava até em duas casas. Eu trabalhava em uma casa que eu era babá, depois eu saí e fui para uma outra, trabalhava durante o dia fazendo o serviço geral e continuava babá, né? E trabalhava à noite. A gente tem uma entidade, uma ONG, que se chama APOIO, [...] a missão dela é a inclusão dos excluídos do mercado de trabalho. Eu fui convidada pela APOIO para trabalhar de educadora social, olha a diferença!” Jo Marina, moradora da Ocupação 9 de julho

“Hoje eu sou uma assistente social. Sou uma sobrevivente da violência contra a mulher. E hoje sou muito feliz de poder falar para outras mulheres que é possível sim sair da violência.” Leni Ferreira, ex-moradora da Ocupação Cambridge



2. VALORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DA SAÚDE DA FAMÍLIA



3. VIDA EM COMUNIDADE E TRABALHO EM CONJUNTO PARA AUTOGESTÃO



4. DIREITO À MORADIA

Enfatizamos, portanto, o reconhecimento da moradia como direito (garantido na Constituição Brasileira), bem como a ampliação do conceito de morar, não apenas como um teto, mas como direito à cidade, incluindo: saúde, educação, mobilidade, cultura, segurança e toda a infraestrutura para uma vida digna numa grande metrópole como São Paulo.

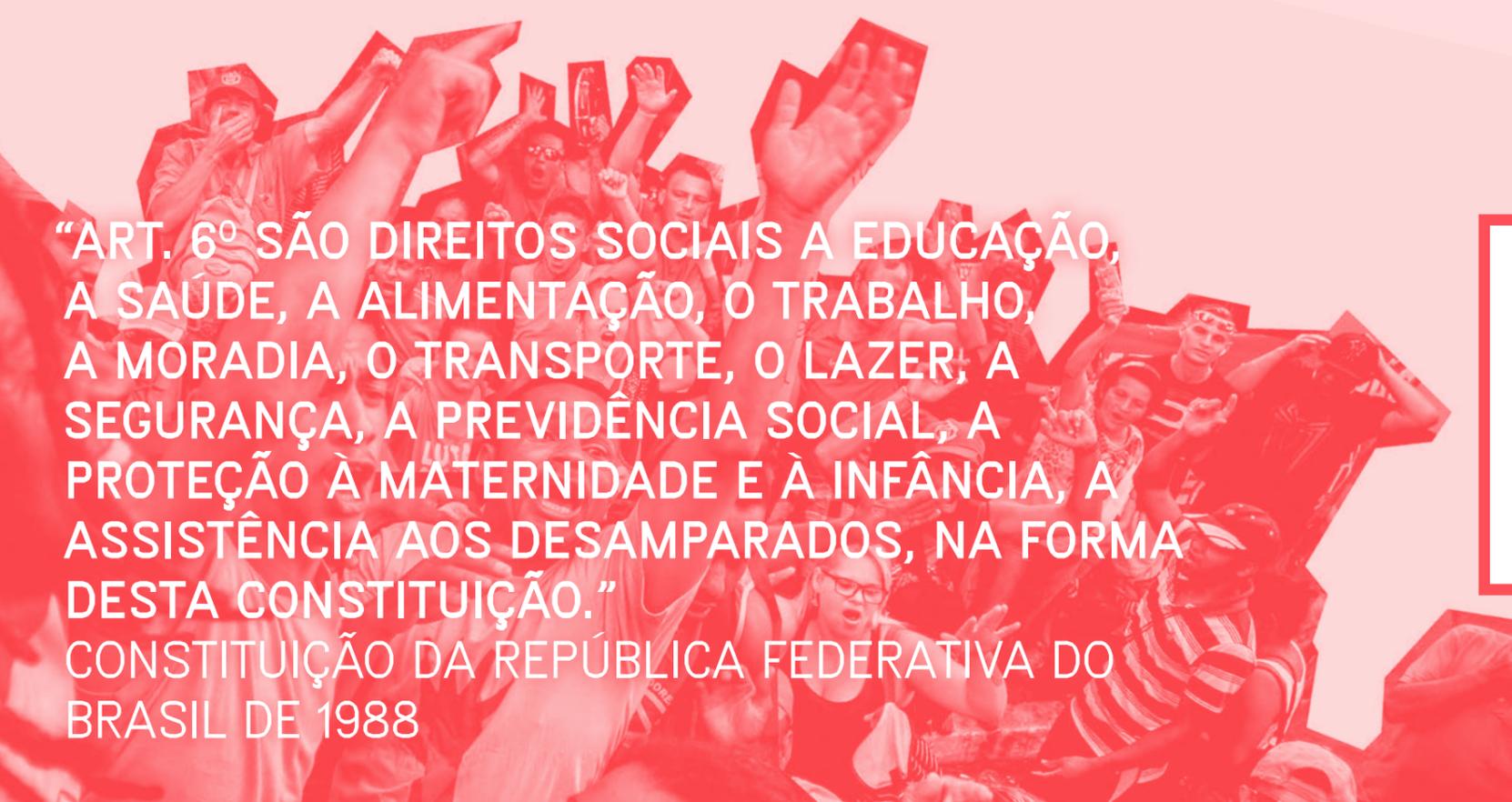
Fundado em 2001, o MOVIMENTO SEM TETO DO CENTRO (MSTC) atua na mobilização e organização de famílias sem teto que estão na luta por moradia digna no centro da cidade de São Paulo.

“A gente precisa multiplicar nossas bases. Levar até eles a informação que a gente tem.”

“Sou ativista, (...) mas antes de ser ativista sou nativista (...). Quero o meu país melhor!”

“Aqui é o espaço em que a gente dialoga com a verdade. QUEM NÃO LUTA... TÁ MORTO!”

“Moradia é o alicerce e a base da família. Sem um endereço a pessoa não consegue emprego, acesso à estratégia de saúde, qualidades de vida.”
Danilo Martinelle, Conselheiro Tutelar e morador da Ocupação São Francisco



“ART. 6º SÃO DIREITOS SOCIAIS A EDUCAÇÃO, A SAÚDE, A ALIMENTAÇÃO, O TRABALHO, A MORADIA, O TRANSPORTE, O LAZER, A SEGURANÇA, A PREVIDÊNCIA SOCIAL, A PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA, A ASSISTÊNCIA AOS DESAMPARADOS, NA FORMA DESTA CONSTITUIÇÃO.”
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Necessidade de moradia digna

O contato com o movimento é feito através da comunicação oral, da panfletagem ou das redes sociais

A experiência da vivência nas ocupações adquirida pelas famílias são replicadas nas unidades definitivas de moradia, isso garante maiores chances de sucesso da habitação social, pois as famílias já vão conscientizadas das obrigações condominiais.

O trabalho técnico social das demandas e dos empreendimentos definitivos é um trabalho realizado para a manutenção da autogestão após entrega, e que as famílias cumprem como o pagamento relativo à sua unidade habitacional. “Resumindo, o movimento trabalha para a Caixa Econômica Federal não receber calote e é uma relação fiduciária. O MSTC é um seguro, é um avalista na medida em que organiza os gastos gerais que devem ser apresentados à Caixa Econômica Federal: laudo ambiental, laudo Sabesp, projeto arquitetônico, assessoria técnica, etc...”
Carmen Silva

As famílias interessadas são direcionadas para os Grupos de Base e devem participar de no mínimo três reuniões para serem associadas

Os associados devem participar das agendas dos órgãos públicos: assembleias, eventos e conselhos municipais, estaduais e federais

Se necessário, as famílias são encaminhadas para as ocupações e devem se engajar em tarefas coletivas de manutenção das áreas comuns

5. IMPORTÂNCIA DA REGULARIZAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO DOS ASSOCIADOS



DEMANDAS
O Movimento, com o seu corpo administrativo, organiza as famílias de acordo com a renda e encaminha a demanda para os programas habitacionais nas três instâncias de governo: municipal, estadual e federal.

Orienta e auxilia as famílias na emissão e atualização de seus documentos

Orienta e auxilia as famílias a se cadastrarem nos programas de habitação social e cadastros nacionais

Com as famílias organizadas de acordo com a renda, assegura-se que tenham os requisitos necessários para acesso aos programas de habitação social



Associados e abrigados
A FLM possui 30.000 associados
5.000 são associados ao MSTC, que abriga hoje, 2.000 pessoas

Em seus 19 anos de existência, o MSTC já garantiu o benefício da moradia para mais de 2 mil famílias, dividindo suas conquistas com os demais movimentos filiados à FLM.
Por meio de demandas, é possível que antigas ocupações sejam reformadas se utilizando de fundos de investimento e programas de habitação social públicos – para então se tornarem moradia definitiva de famílias.

Negocia e apresenta junto ao poder público as famílias associadas, cadastradas e com toda documentação regularizada

O poder público faz um chamamento, define os fundos e programa habitacional, atendendo à demanda apresentada pelo movimento

ORIENTAÇÃO CIDADÃ PARA OS INTEGRANTES DO MOVIMENTO.
Orienta e auxilia no cadastro e emissão de DOCUMENTOS PARA QUE USUFRUAM DE SEUS DIREITOS, PARTICIPEM PLENAMENTE DA VIDA POLÍTICA DA CIDADE e estejam aptos a serem contemplados com habitação social.

Atualmente o MSTC administra a obra do antigo Hotel Cambridge, e serão contempladas 121 famílias que acreditaram na luta.
PERMANECEM SE REUNINDO QUINZENALMENTE COMPONDO 17 COMISSÕES QUE ATUAM NA FISCALIZAÇÃO DESSA OBRA.
O trabalho das comissões é alinhado ao técnico social exigido pela Caixa Econômica Federal.

DEMANDAS já atendidas:
➤ **PAR**
Edifício Labor
Antigo Hotel São Paulo
➤ **CDHU**
Edifício Pari Canindé 1 e 2
Antigo Cinema da Mooca
Pari Canindé 1 e 2
➤ **COHAB**
Condomínio residencial São Rafael
Condomínio Residencial Caraguatatuba
➤ **Famílias Bolsa Aluguel**
➤ **Carta de crédito estadual**
➤ **PROGRAMAS DE HABITAÇÃO SOCIAL**
Governo Federal
Governo Estadual
Governo Municipal

Ao ocupar, mapeia os edifícios ociosos que não cumprem sua função social. O poder público é noticiado sobre os edifícios ilegais

6. ACESSO A FUNDOS DE INVESTIMENTO SOCIAL PARA A HABITAÇÃO

PROGRAMAS DE HABITAÇÃO SOCIAL

Existem múltiplos programas de habitação social em todas as esferas de governo. Seguem em detalhe os mais conhecidos e dos quais o MSTC já conseguiu benefício para suas famílias.

COHAB - Companhia de Habitação de São Paulo, Municipal

Procedimentos: Realização de cadastro online, em que é nomeado um titular familiar que possua mais de 18 anos ou que seja emancipado, além de residir ou trabalhar na Região Metropolitana de São Paulo. É necessário atualizar o cadastro anualmente mesmo sem mudanças.

Seleção:

1. Famílias que moram/ficaram desabrigadas em áreas de risco ou insalubres;
2. Famílias com mulheres responsáveis financeiramente;
3. Famílias com pessoa com deficiência.

Recursos: Programas de urbanização das favelas; parcerias do Governo do Estado e Governo Federal.

CDHU - Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano de São Paulo, Estadual

Procedimentos:

- Um a dez salários mínimos;
- Cadastros e documentos atualizados: NIS, CPF, RG, Título de eleitor;
- Não ser proprietário e não possuir financiamento de imóvel residencial.

- Não ter sido atendida anteriormente por programas habitacionais

- Residir ou trabalhar na Região Metropolitana de São Paulo há cinco anos

Seleção: Ordem de prioridade com critérios nacionais

1. 7% famílias com membros portadores de deficiências;
2. 5% reservadas às famílias compostas por idosos;
3. 4% reservadas a policiais civis, policiais militares, agentes de segurança penitenciária e agentes de escolta e vigilância penitenciária.

Recursos: Programas de urbanização de favelas; parcerias com Governo Federal, FPHIS, Casa Paulista.

FUNDOS DE INVESTIMENTO SOCIAL PARA A HABITAÇÃO COM REGISTRO PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

FUNDURB - Fundo de Desenvolvimento Urbano

Fonte investimento: Outorga Onerosa e outras, 30% do fundo é destinado à aquisição de terrenos bem localizados para moradia social e para programas habitacionais.

FPHIS - Fundo Paulista de Habitação de Interesse Social

Fonte do investimento: FPHIS, Orçamento Secretaria de Habitação, Convênios, empréstimos, doações. Programa habitacional vinculado: CDHU

FNHIS - Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social

Fonte do investimento: Recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social - FAS e Doações do OGU. Programa habitacional vinculado: Programas estrutura- dos no SNHIS - Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social.

FDS - Fundo de Desenvolvimento Social

Fonte do investimento: Diversas fontes de recursos e Orçamento Geral da União (OGU) Programa habitacional vinculado: contratado no âmbito do programa Nacional de Habitação Urbana PNHU, integrante do PMCMV-E

CASA PAULISTA

Fonte do investimento: Gestão de recursos oriunda através de Parceria com a SEHAB, visando aporte de recursos orçamentários do município, juntamente com subsídio destinado ao PMCMV - FAR e PMCMV-E - FDS.

Programa habitacional vinculado: CDHU, PMCMV e PMCMV-E

FAR - Fundo de Arrendamento Residencial

Fonte do investimento: Orçamento Geral da União (OGU) Programa habitacional vinculado: PMCMV São subsídios para programas de habitação social dos três níveis de governo.

PMCMV - Programa Minha Casa Minha Vida, Federal

REQUISITOS INSCRIÇÃO:

- Faixa 1: Renda familiar ≤ R\$ 1.800,00 reais;
- Faixa 1,5: Renda familiar ≤ R\$ 2.600,00 reais;
- Faixa 2: Renda familiar ≤ R\$ 4.000,00 reais;
- Faixa 3: Renda familiar de até R\$ 7.000,00 reais.

ORDEM DE PRIORIDADE CRITÉRIOS NACIONAIS DE SELEÇÃO:

1. Famílias que moram/ficaram desabrigadas em áreas de risco ou insalubres;
2. Famílias com mulheres responsáveis pela família;
3. Famílias com pessoa com deficiência.

*Os critérios municipais são determinados em cada Município. RECURSOS: FAR - Faixa 1 FGTS - Faixa 2 e 3

PMCMV-E - Programa Minha Casa Minha Vida - Entidades, Federal

Programa criado para atender especificamente Entidades, ou seja, movimentos sociais de moradia, que apresentam demandas coletivas e não individuais.

Procedimentos: Construção de unidades habitacionais ou requalificação de imóveis urbanos;

REQUISITOS INSCRIÇÃO:

- 90% famílias com renda mensal bruta ≤ R\$ 1.800,00
- 10% famílias com renda mensal bruta ≤ R\$ 2.350,00
- Cadastros regularizados: FGTS; RAIS; SIPES (SINAD e CADIN); SIACI/CIWEB e CADMUT.

ORDEM DE PRIORIDADE CRITÉRIOS NACIONAIS DE SELEÇÃO:

1. Renda familiar compatível com modalidade;
2. Famílias com mulher responsável pela família;
3. Famílias com pessoa com deficiência;

4. Famílias residentes em áreas de risco, insalubres, perda da residência por enchente, alagamento, transbordamento ou qualquer outro desastre natural. Outros critérios podem ser determinados pela Entidade mediante submissão para aprovação da Secretaria Nacional de Habitação.

RECURSOS: OGU (Orçamento Geral da União) depositado no FDS (Fundo de Desenvolvimento Social).

- participação dos futuros moradores na construção;
- Acompanhamento com assistente social por 1 ano após entrega;
- A demanda em grupo favorece a criação de comunidade e pertencimento *Maiores chances de sucesso e permanência na moradia social.

7. A RELAÇÃO DO ESTATUTO DA CIDADE COM OS MOVIMENTOS SOCIAIS



Maria das Neves Lindoso Pereira

O **Estatuto da Cidade** (2001) foi uma conquista de lutas sociais e levou doze anos para ser aprovado no Congresso Nacional Brasileiro. Representa um marco no rompimento com a cultura patrimonialista vigente no poder público que, através de leis, colaborava para reproduzir desigualdades, preservar privilégios e interesses de oligarquias.

Reconhece a importância da participação das comunidades, MOVIMENTOS e entidades da sociedade civil no planejamento e gestão das cidades. Abre um caminho legítimo e direcionado para que movimentos sociais e suas bases reivindiquem e cobrem seus direitos às autoridades públicas em todos os níveis de governo.

Objetivos

- Regular a participação de diferentes atores e agentes políticos presentes na cidade para assegurar interesses coletivos;
- Fortalecer o papel do município na regulamentação do direito à propriedade;
- Minimizar conflitos e questionamentos jurídicos que surgem na utilização de instrumentos urbanísticos nas prefeituras.

Diretrizes

- Frisa a importância da gestão participativa que foi essencial para a elaboração do Estatuto das Cidades;
- Indica que sejam estabelecidas relações entre o setor estatal, o setor privado e a comunidade, especialmente em ações voltadas às parcerias público-privadas, consórcios públicos, consórcios imobiliários e operações urbanas consorciadas.

De acordo com o Estatuto das Cidades:

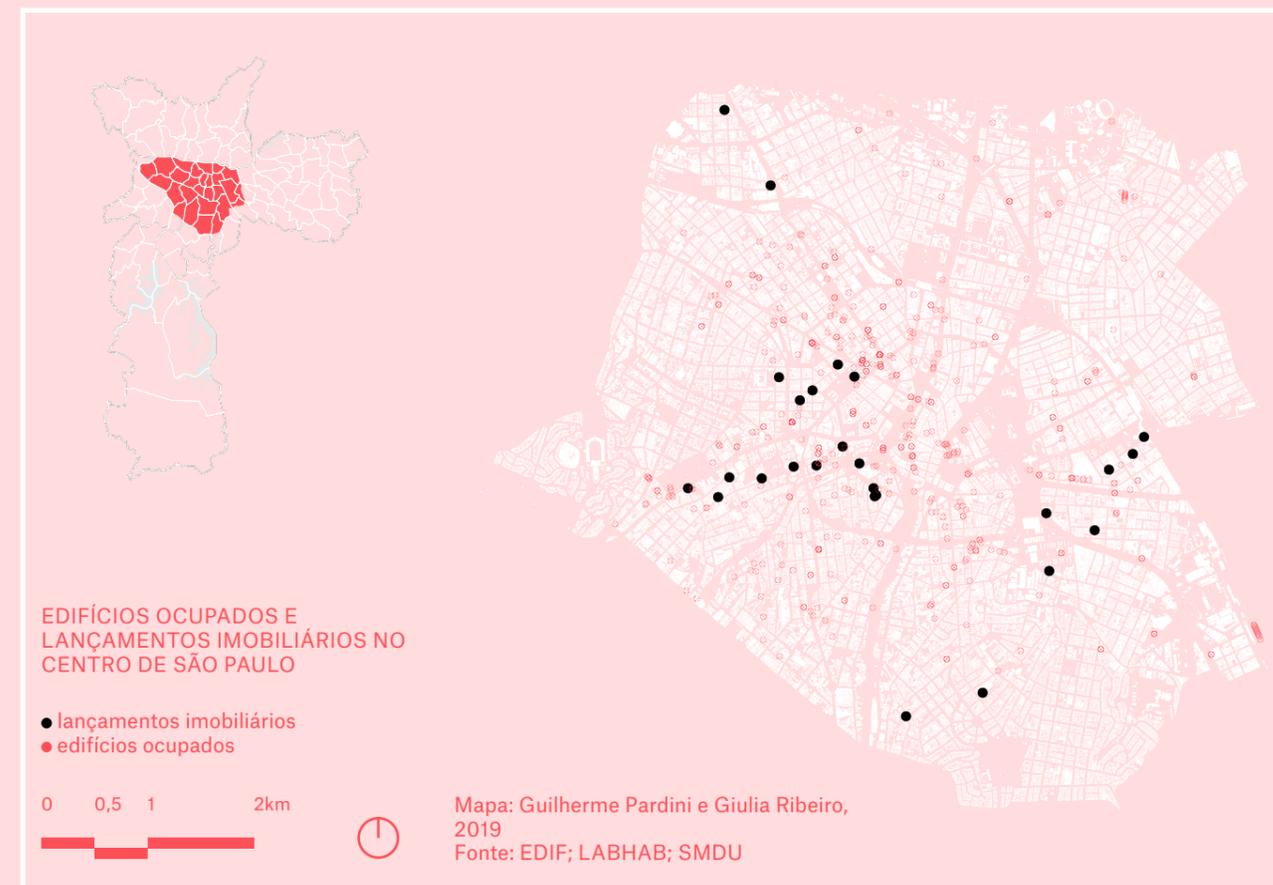
“§ 3º Os instrumentos previstos neste artigo que demandam dispêndio de recursos por parte do Poder Público municipal devem ser objeto de controle social, garantida a participação de comunidades, MOVIMENTOS e entidades da sociedade civil e consórcios imobiliários, e operações urbanas consorciadas.”

Estatuto da Cidade, 2001

“Seção II. Da Composição
Art. 4º O ConCidades é composto pelos seguintes membros, organizados por segmentos: (...) IV – vinte e três representantes de entidades dos movimentos populares;”

O MSTC está de acordo com o Código Civil Brasileiro, tem seu próprio Estatuto, possui CNPJ 04.346.220/0001-22 como entidade Sem Fins Lucrativos e possui registro no Ministério das Cidades, hoje CapaCidades. 04.346.220/0001-22

8. DIREITO À CIDADE



Após seu esvaziamento e desinvestimento nos anos 1980, o centro de São Paulo volta a ser, nos últimos anos, alvo de especulação imobiliária. O retorno dos investimentos para a região entram em atrito com os movimentos sociais de luta por moradia, que ocuparam diversos edifícios, frente ao vazio que se encontrava em décadas passadas.

Edifícios ocupados e lançamentos imobiliários no centro de São Paulo

Localizados como pontos, no perímetro urbano de São Paulo, edificações, atualmente ocupadas por movimentos de moradia com notificação de remoção total ou parcial.

Dados disponibilizados pelo Observatório de Remoções, desenvolvido desde 2012 e junho de 2019, como produto de investigação dos laboratórios de pesquisa LabCidade (FAUUSP, USP), LabJUTA (UFABC), Laboratório de Estudos da Habitação (LEHAB, UFC) e o Grupo de Pesquisa Práticas Sociais no Espaço Urbano (PRAXIS-EA, UFMG).

Constam também a localização dos lançamentos imobiliários presentes no GEOEmbraesp entre 2016 e 2019.

TANTA CASA SEM GENTE,
TANTA GENTE SEM CASA.

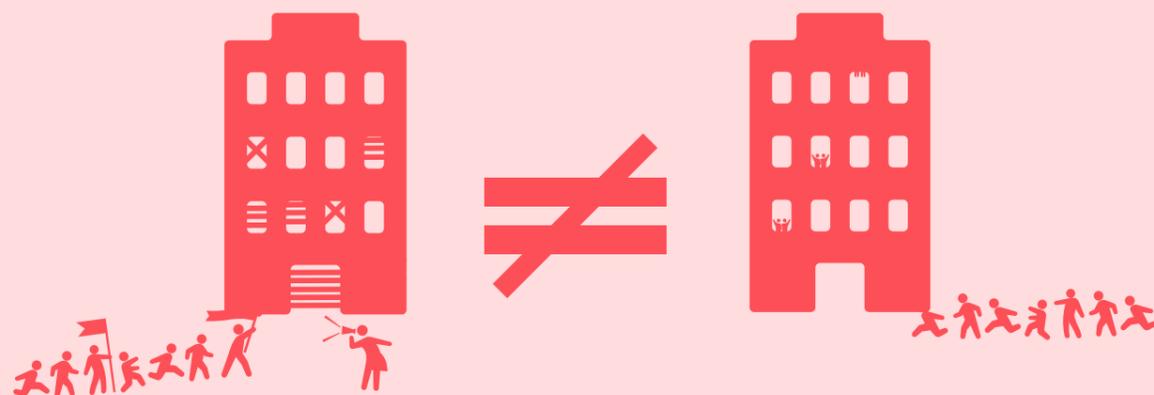
Na lógica do sistema neoliberal, os lucros não são revertidos para os projetos sociais, na maioria das vezes, os lucros alimentam a especulação do mercado financeiro.

“NOSSA ORDEM É A DESORDEM DO SISTEMA”

Carmen Siva,
líder do MSTC

Art.39 A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no Plano Diretor, assegurando o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas, respeitadas as diretrizes previstas no art.2º desta lei

AÇÃO DOS MOVIMENTOS ORGANIZADOS DE MORADIA PARA COMBATER DÉFICIT HABITACIONAL



INVADIR

entrar em propriedade que cumpre função social:
↗ em uso
↗ IPTU em dia
↗ não é objeto de especulação imobiliária

OCUPAR

propriedade que não cumpre função social:
↗ abandonada ou ociosa dívida de IPTU
↗ objeto da especulação imobiliária

DIFERENÇA ENTRE OCUPAR E INVADIR

FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE conforme a constituição federal brasileira

servir ao interesse coletivo: habitação, cultura e serviços.

O **Art.6** da Constituição de 1988, defende o direito social a moradia, entre outros. O Inciso XIII do Art.5 exige que a propriedade cumpra sua função social. **Ocupar é uma forma de dar função social através da moradia**, a um edifício ou terreno abandonado ou endividado. Assim, ocupar é uma maneira de pressionar o governo para elaborar e cumprir políticas públicas habitacionais, denunciar a especulação imobiliária e oferecer moradia digna e qualidade de vida a pessoas que não podem pagar aluguel.



595.691 UND

RM de São Paulo, 2015
Fonte: Fundação João Pinheiro

= 93% do déficit habitacional

Uma propriedade abandonada, com dívida de IPTU é objeto da especulação imobiliária e não cumpre função social

OCUPAR OS IMÓVEIS DO CENTRO DA CIDADE COMO MORADIA, É DAR A ELES UMA FUNÇÃO SOCIAL

Melhora a mobilidade urbana

Melhora a segurança urbana

Evita a ocupação das regiões de mananciais

Ajuda o poder público a mapear as propriedades ilegais da cidade

"A cidade, ao contrário, exclui a população pobre e a joga... nas áreas de proteção dos mananciais, atraindo gente para os extremos, caso de Parelheiros, ao Sul, e da Cantareira, ao Norte."
Erminia Maricato.

Combate focos de contaminação de dengue e outras pragas

COLABORA PARA A SAÚDE PÚBLICA

Ocupamos edificações e terrenos que não cumprem sua função social, onde as famílias vivem com dignidade, qualidade e acessibilidade, saindo de condições precárias e alugueis abusivos, até serem contempladas por programas de habitação social propostos pelo governo.

Os prédios ocupados pelo MSTC, em São Paulo, são habitados por trabalhadores de baixa renda, sendo eles jovens, adultos e também idosos e crianças, incluindo imigrantes e refugiados. Esses habitantes transformam os locais abandonados, depredados e sem função social em um lar organizado, com capacidade residencial e cultural.

Dentro das ocupações do MSTC há uma gestão compartilhada e generosa, que mantém os locais cheios de vida, reduzindo as condições de vulnerabilidade social à qual grande parte dos sem teto se encontram. Para isso, são desenvolvidas ações educativas e culturais, bem como de formação política, ambiental e esportiva, possibilitando que seus moradores passem por um ciclo completo contemplando ocupação, resistência e empoderamento social.

“OCUPAR NÃO É CRIME. É UM DIREITO”

Walcir Felix, Morador Rio Branco

“Nossas práticas são públicas e largamente acompanhadas e noticiadas pela imprensa. Temos CNPJ e nosso estatuto é registrado em cartório. Estamos em constante diálogo com a sociedade civil em eventos abertos em que chegamos a receber mais de oito mil pessoas. Junto do poder público, e com representantes das secretarias de Direitos Humanos, Assistência Social, Infraestrutura e Obras, Habitação, Segurança Urbana, Guarda Civil Metropolitana, Ministério Público, Tribunal de Contas, que, entre outros, visitam e vistoriam nossas ocupações sem qualquer impedimento. E com a academia, desenvolvemos uma série de projetos em nossos espaços.”

Carmem Silva

“Ninguém aqui vai morar na rua. O movimento sempre vai te acolher e dar um jeito de te abrigar. Você não está sozinho. Na última reintegração de posse que teve na São Francisco, as famílias que moravam lá passaram um mês na José Bonifácio até que pudessem voltar para a São Francisco. O movimento não abandona ninguém, não exclui ninguém. É você que se exclui.”

Walcir Felix, morador ocupação Rio Branco



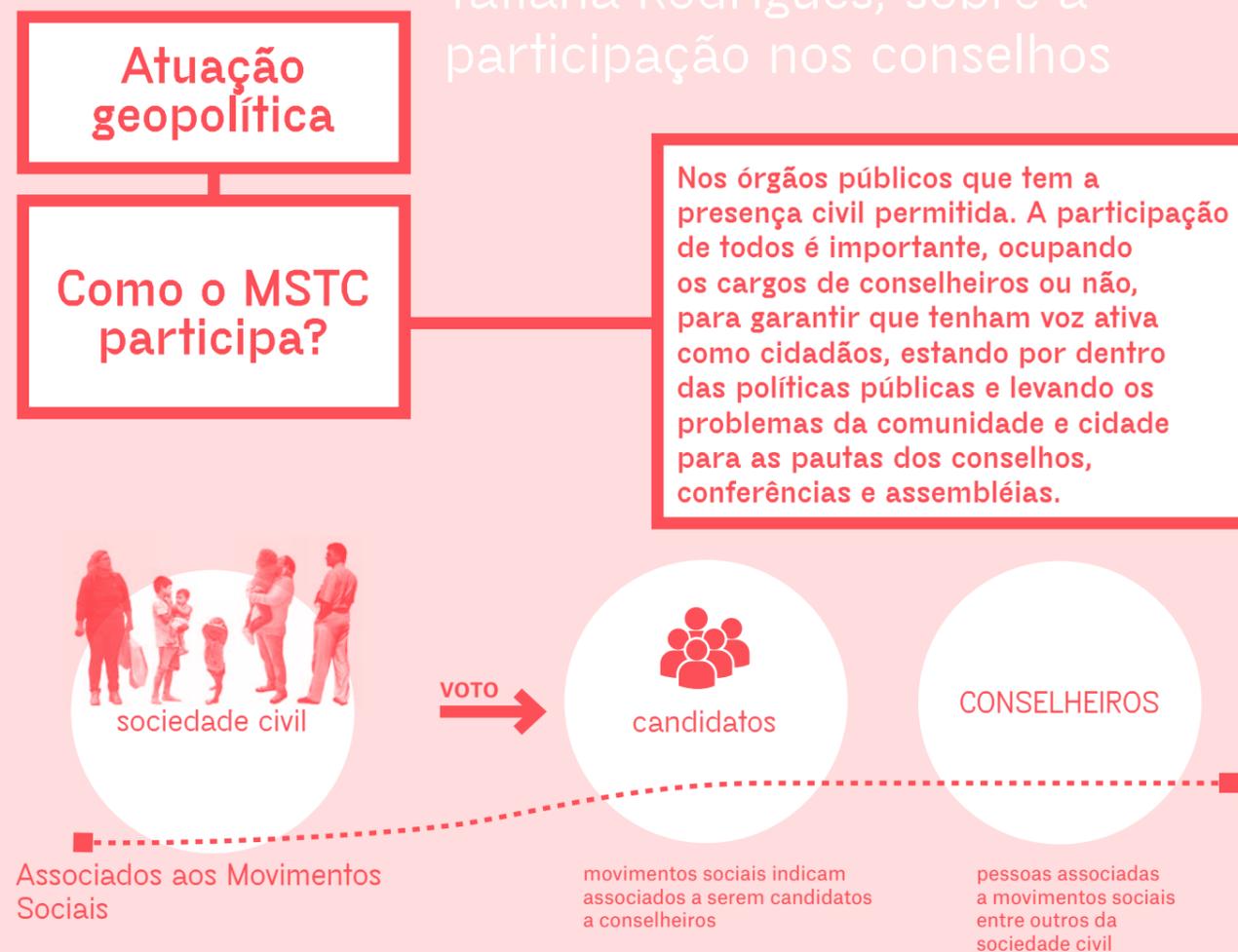
Marineide de Jesus da Silva

9.

INCENTIVO À PARTICIPAÇÃO NAS AGENDAS DOS ÓRGÃOS PÚBLICOS

“PARTICIPAR É TER PODER DE DECISÃO POR ALGUMA COISA NA CIDADE.”

Tatiana Rodrigues, sobre a participação nos conselhos



A atuação geopolítica e de cidadania está relacionada à participação dos associados em órgãos públicos, audiências, assembléias, fóruns e conselhos, especialmente aqueles que pedem a presença da sociedade civil organizada.

O movimento promove ações e debates, junto ao governo e à sociedade civil, para que o direito constitucional de acesso à moradia seja cumprido pelo Estado. Busca assim, corrigir as falhas cometidas há décadas pelo poder público, no que diz respeito à distribuição urbanística e habitacional das metrópoles brasileiras.

CONSELHOS

Existem no nível federal, estadual e municipal, variando termos de composição, atribuições, estrutura e vinculação, mas guardam em comum o propósito de controle social das políticas públicas e o fortalecimento da democracia participativa no Brasil.

CONSELHEIROS

- representantes da sociedade civil
- representantes do poder público
- representantes da sociedade civil organizada: **MOVIMENTOS SOCIAIS**, ONGs, entidades profissionais, sindicalistas...

- acompanhar
- assistir
- orientar



sociedade civil

- planejar
- fiscalizar
- gerenciar

- orçamentos
- fundos
- políticas públicas

CONFERÊNCIAS

- identificar demandas
- elaborar propostas
- encaminhar propostas
- fiscalizar resultados
- devolutiva para sociedade civil

PODER LEGISLATIVO

- MUNICIPAL** – Câmara Municipal
- ESTADUAL** – Assembleia Legislativa
- FEDERAL** – Câmara dos Deputados

O ESTATUTO DA CIDADE PREVÊ A FORMAÇÃO DE CONSELHOS

FUNÇÕES DOS CONSELHOS

- acompanhar, orientar e assistir à sociedade civil;
- planejar, fiscalizar, avaliar, controlar e gerenciar orçamentos, políticas públicas e fundos.

CONFERÊNCIAS

- identificar demandas;
- elaborar propostas;
- encaminhar propostas ao **PODER LEGISLATIVO**: Câmara Municipal – Câmara Estadual – Assembleia Legislativa Federal/Câmara dos Deputados;
- fiscalizar resultados

ORGANIZAÇÃO DE UMA CONFERÊNCIA

Convocação

- poder executivo local convoca a conferência através de ato normativo;
- formação de comissão organizadora, sendo eles: membros do governo, membros da sociedade civil organizada;
- Organizam a mobilização e conferência, acompanham etapas estadual e federal, e dão devolutivas à sociedade civil.

Mobilização - Divulgação

- eventos preparatórios sobre os temas da conferência: palestras, debates, reuniões.

CONFERÊNCIAS REGIONAIS E MUNICIPAIS



CONFERÊNCIAS ESTADUAIS - MESMAS ETAPAS



CONSELHOS MUNICIPAIS COM REPRESENTANTES DO MSTC NO MOMENTO ATUAL

- participação no planejamento de metas para Secretarias Municipais e Estaduais;
- participação na discussão de leis e estatutos vigentes com presença da sociedade civil.

- CMH** – Conselho Municipal de Habitação;
- CPM** – Conselho Participativo Municipal;
- CMTT** – Conselho Municipal de Transporte e Trânsito;
- CONSEG** – Coordenadoria Estadual dos conselhos comunitários de segurança;
- CMDCA** – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do CONSELHO TUTELAR;
- CMS** – Conselho Municipal de Saúde / Conselho Gestor das Unidades Básicas de Saúde;
- CRESS** – Conselho Regional de Serviço Social.

“A gente vai com uma certeza. A certeza de denunciar a violação dos nossos direitos!”



Foto: Christian Braga, 2018

CARMEN SILVA, LÍDER DO MSTC, MINUTOS ANTES DA ENTRADA NA OCUPAÇÃO 9 DE JULHO, EM ASSEMBLÉIA NO TÉRREO DA OCUPAÇÃO DO ANTIGO HOTEL CAMBRIDGE



Foto: Marcos Cimardi, no contexto da obra Alma de Bronze (2016-2018) de Virginia de Medeiros

AGENCIAMENTO URBANO E INOVAÇÃO SOCIAL

Manutenção e cuidado



Ação de limpeza ao entrar no edifício



Edifício atual. Frames do vídeo "Alma de Bronze" (2016-2018), da artista Virgínia de Medeiros

O edifício foi construído no início da década de 40, durante o governo de Getúlio Vargas, para abrigar o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Os três primeiros andares do edifício foram concebidos para o atendimento ao público, com espaços para serviços administrativos. Os demais andares, 12 ao todo, foram idealizados como moradia para os funcionários do próprio INSS, configurando um edifício de uso misto que, por três décadas, funcionou como projetado. Em 1970, com o início da decadência do INSS, começou um processo de degradação que resultou no abandono do prédio. Por 42 anos o edifício ficou abandonado e em 2016 o Movimento Sem Teto do Centro (MSTC) passou a ocupá-lo.

A primeira atividade da ocupação foi a limpeza do local. As famílias que já participam do movimento ajudaram a retirar o lixo acumulado dos andares, acabaram com poças de água parada e pintaram as paredes de cal branco, diminuindo a incidência de doenças como dengue através do combate de mosquitos, ratos e baratas. Com essa ação, o edifício se torna minimamente habitável e contribui para a saúde pública da cidade.

Em seguida são necessárias obras de recuperação, essenciais para habitar o local, reformas hidráulicas e elétricas, além da construção civil, na recuperação das escadas e fechamento de espaços com *drywall*. Aqui, novamente, a mão de obra é das famílias do próprio grupo, sendo profissionais da área como eletricitas, encanadores, chefes de obra e pedreiros, habilitados para efetuar os serviços necessários. A capacidade de recuperação do prédio pelos movimentos de moradia é reconhecida pelo poder público e, além de incentivada, é acompanhada através de relatórios feitos em parceria com a Coordenadoria Municipal de Defesa Civil (COMDEC).

Assim, o movimento atua como um agente social que recupera infraestruturas abandonadas e devedoras de impostos. Investem tempo, trabalho e recursos coletivos em melhorias necessárias para a reutilização segura desses edifícios, assim como sua regularização junto ao município. Regeneram a qualidade da vida urbana em seu entorno e possibilitam a conversão definitiva de áreas abandonadas em edifícios voltadas à moradia definitiva de diversas famílias.

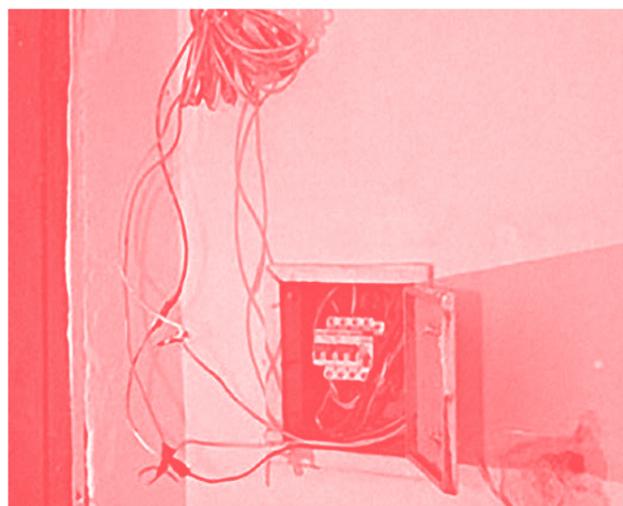
TRECHO DO RELATÓRIO DE AÇÕES MITIGADORAS DE RISCO À SEGURANÇA DO EDIFÍCIO 9 DE JULHO



ANTES. Degradação dos degraus
Foto do Relatório do COMDEC - 14.Mai.2018



FOTO ATUAL 7.B. Vista de lance de escadas-tipo, onde podem ser vistos os reparos realizados em degraus danificados, a instalação de fitas antiderrapantes e corrimão em madeira. COMDEC. Jun.2019



ANTES. Disjuntor e fiação exposta
Foto do Relatório do COMDEC - 14. Mai.2018



FOTO ATUAL. Eletrodutos e tomadas regularizadas em apartamento. COMDEC.Jun.2019



ANTES. USO do GLP. Foto do Relatório do COMDEC- 14.Mai.2018.



FOTO ATUAL. Vista do gás GLP da cozinha comunitária instalado em área externa. COMDEC.Jun.2019

O valor para a realização de toda essa infra-estrutura é decidida em assembléia, justamente para evitar a extorsão.

COMDEC é a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil da Cidade de São Paulo.

“SE A PREFEITURA RECONHECE O PAPEL DE ORGANIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS NAS OCUPAÇÕES, AO PONTO DE REALIZAR VISTÓRIAS E SOLICITAR AÇÕES MITIGADORAS NAS OCUPAÇÕES, POR QUE O ALTO DESCONHECIMENTO DA MÍDIA E DO MINISTÉRIO PÚBLICO ACUSAM OS MOVIMENTOS DE EXTORSÕES?”

Carmen Silva

PROJETO PARA RECUPERAÇÃO DE FACHADAS OCUPAÇÃO 9 DE JULHO, ANTIGO EDIFÍCIO IAPETC – INSS, SÃO PAULO

Vinicius de Andrade

O projeto prevê a criação de uma solução que dialoga com a pré-existência do edifício projetado pelo arquiteto Jaime da Fonseca Rodrigues, inserindo-se de forma nitidamente destacada, sem mimetizar-se com o edifício existente.

As fachadas originais do edifício são revestidas com emboço e reboco, aplicados sobre alvenaria de tijolos. Esta solução, típica da época em que foi construído o edifício, requer manutenção permanente e, ainda assim, tem vida útil limitada relativamente menor do que aquela alcançada pela estrutura da edificação. Hoje observa-se uma série de patologias, resultando, muitas vezes, na ocorrência de desprendimento de fragmentos, ocasionando a queda de detritos, além de expor as alvenarias de tijolos, tornando-as vulneráveis às infiltrações.

A presente proposta visa à recuperação das fachadas originais do edifício por meio da instalação de telhas de aço galvanizado, que deverão, a um só tempo, conter a deterioração do reboco remanescente, impermeabilizar as fachadas fragilizadas e funcionar como anteparo mecânico para bloquear a queda de fragmentos que eventualmente venham a se

desprender no futuro. A proposta foi concebida como um plano de longo prazo, uma vez que o material utilizado tem longa durabilidade e dispensa manutenção. Além disso, a instalação das chapas metálicas pode ser programada ao longo do tempo, de acordo com a necessidade e a disponibilidade de recursos.

O capeamento será realizado por meio da instalação das telhas de aço, fixadas sobre perfis tubulares também de aço que deverão, por sua vez, ser aparafusados com uso de chumbadores na alvenaria. Esse é um sistema construtivo leve, facilmente manuseável que não sobrecarregará a estrutura existente, e que pode ser facilmente removida (sem que haja qualquer sequela relevante) preservando integralmente a possibilidade de reversão desta intervenção, na eventualidade de se decidir por recuperar e restaurar o edifício no futuro.

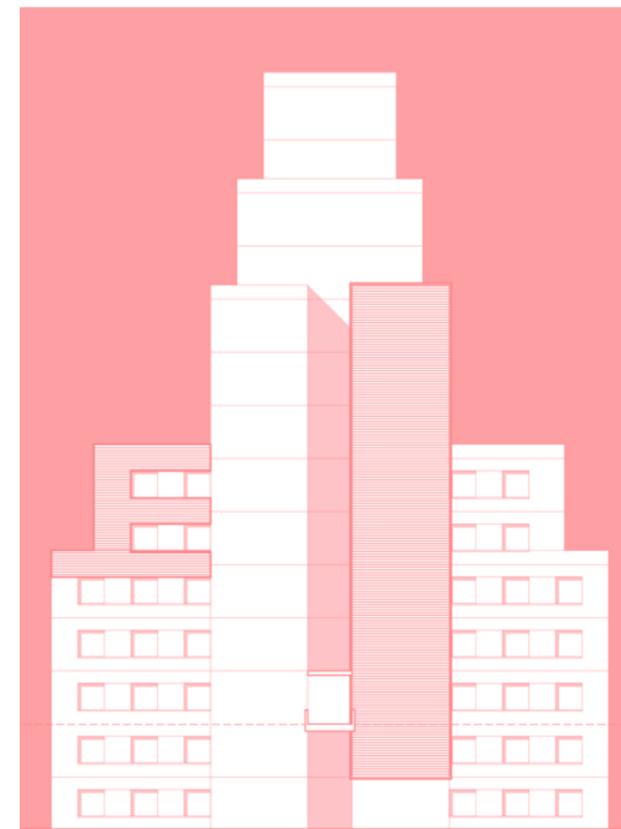
Segundo o Plano Diretor da cidade, a Ocupação 9 de Julho situa-se dentro de uma Zona Especial de Interesse Social 3 (ZEIS 3) podendo ser destinada para a habitação social. Em acordo com as políticas municipais de habitação e cultura, esta Ocupação contempla a população com zonas de lazer, aulas e outras atividades culturais e econômicas.

Pela natureza peculiar do edifício, de uso misto, a Ocupação 9 de Julho oferece habitação a 138 famílias, 347 moradores e promove, nas áreas antes destinadas à administração e atendimento do antigo INSS, ações culturais e educacionais, como: aulas de desenho; aulas de reforço para crianças; gestão colaborativa da cozinha; marcenaria e horta comunitárias; brechó; e outras atividades como festas tradicionais e encontros temáticos. Toda essa economia criativa é gerada por uma gestão horizontal, que o MSTC promove com sua rede de colaboradores da sociedade civil e das universidades e escolas parceiras.

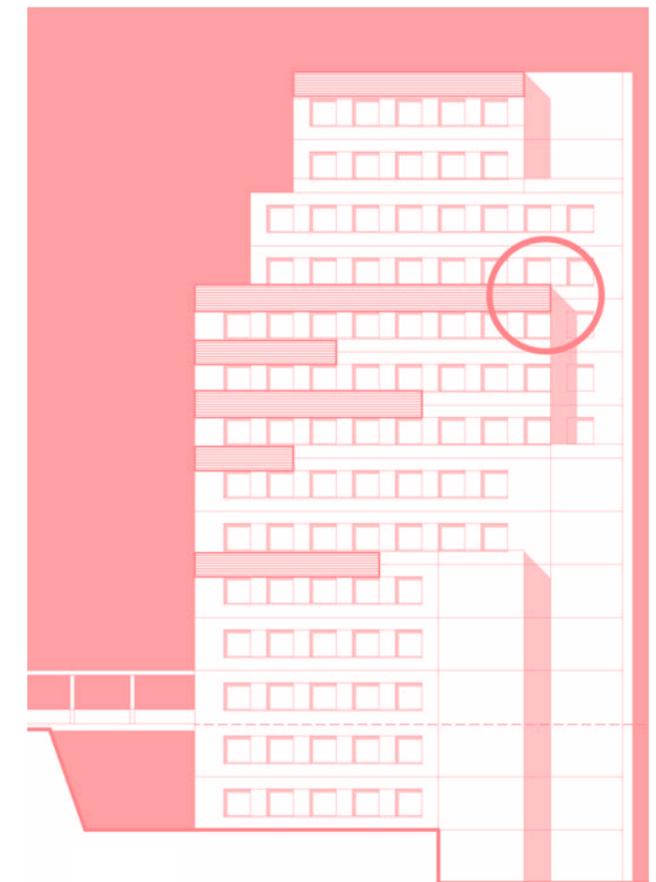
Sendo assim, após a reabilitação do prédio para receber os integrantes do MSTC, o edifício passa a cumprir plenamente sua função habitacional, bem como contribuir com a necessidade de lazer e cultura, cumprindo assim todas as demandas do plano diretor em relação a edifícios em ZEIS 3.

“As ações mitigadoras de grande porte necessitam de um corpo técnico, onde o movimento busca as parcerias e apoio, dando a oportunidade das universidades terem uma prática executiva de aprendizado. Essa estratégia aproxima o universo acadêmico das reais demandas da cidade. Apesar do movimento fazer arquitetura efêmera com sua própria mão de obra.”

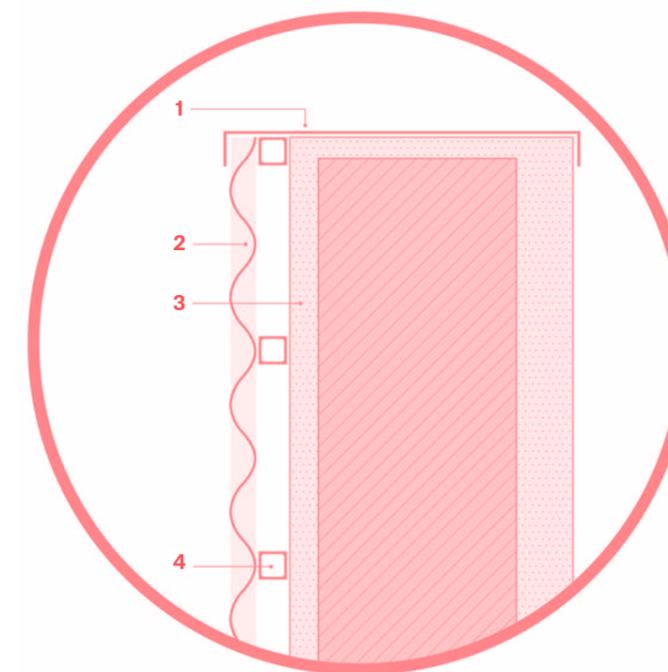
Carmem Silva



VISTA 1
ESCALA 1:400



VISTA 2
ESCALA 1:400



DET. TIPO
DETALHE DE ARREMATE DAS ALVENARIAS
IMPERMEABILIZAÇÃO E PROTEÇÃO MECÂNICA
ESCALA 1:100

- 1 • chapa metálica para arremate de topo da alvenaria, espessura 2mm
• pintura na mesma cor da telha
- 2 • telha metálica galvanizada
• cor a definir
- 3 • argamassa de revestimento
- 4 • perfil metálico para fixação da telha fixada diretamente na alvenaria
• tubo metálico 20x20mm

PARCERIAS CULTURAIS E AÇÕES PEDAGÓGICAS

Para as reformas de reabilitação do prédio, são geradas demandas de materiais de construção. Essas demandas são discutidas em assembleias de moradores com rateio dos valores entre os residentes. Mesmo que a maioria daqueles que trabalham nas obras de recuperação sejam moradores da própria ocupação, algumas vezes é necessário contratar profissionais terceirizados para realizar serviços específicos. Os custos dessas contratações são também discutidos em assembleias e divididos entre os moradores.

Outro aspecto relevante em relação a essas reformas é a demanda por projetos das obras de grande envergadura. Quando não realizadas pelos próprios mestres de obras residentes na ocupação – aptos para tal –, ou por simpatizantes da sociedade civil, os projetos podem ser realizados em parceria com instituições de ensino. Dessa maneira, promovem uma atualização nos modelos educacionais de extensão e ensino; geram discussões e pesquisas sobre as reais necessidades da sociedade; e proporcionam um engajamento político-social dos estudantes, ao atuarem na revitalização dos espaços vazios da cidade.



Disciplina eletiva - Escola da Cidade: "Mobiliário para Ocupação Praça Aberta - Ladeira da Memória"

Professor: Luis Felipe Abbud

Disciplina eletiva realizada no 2o semestre 2017 para a construção de peças de mobiliário e equipamentos de lazer na Ocupação Praça Aberta, realizada pelo MSTC em um terreno público abandonado no centro da cidade vizinha à Ladeira da Memória, uma zona de transporte intermodal caracterizada pela circulação diária de grande número de pessoas. Durante o projeto foram realizadas reuniões presenciais com Carmen Silva Ferreira e órgãos da prefeitura, pleiteando a concessão de uso da praça para programas de lazer. Os estudantes realizaram um levantamento detalhado da praça e desenvolveram projetos de equipamentos com modelos em escala. Com o insucesso da ocupação na praça, um único projeto desenvolvido acabou por ser efetivamente construído na área externa da Ocupação 9 de Julho: um banco ao redor de uma árvore próximo à horta, que foi realizado em uma oficina com o coletivo A Cidade Precisa de Você.

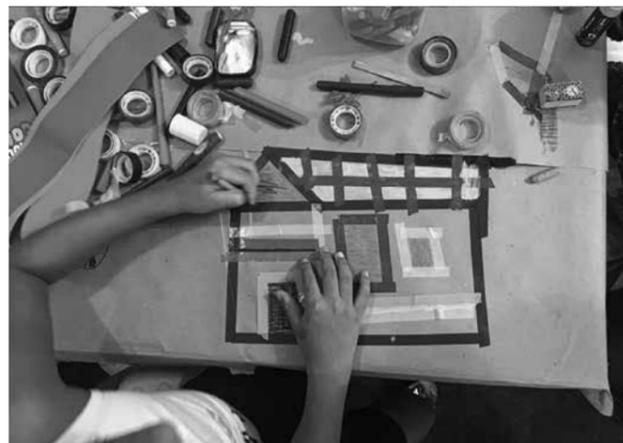


Disciplina Eletiva - Escola da Cidade - "Narrativa em Construção - Mobiliário para Ocupação 9 de Julho"

Professores: Fabiola Bergamo + Luis Felipe Abbud

Disciplina eletiva realizada no 2o semestre 2018 para projeto e construção de mobiliário para os moradores da Ocupação 9 de Julho. Foram realizadas visitas aos apartamentos de moradores e entrevistas para entendimento de suas necessidades residenciais, seguidas da composição de um quadro de referências, de atendimentos e da realização de aulas expositivas, todas ocorridas na Sala Multiuso da Ocupação. As equipes levantaram recursos para a compra de materiais e os grupos de estudantes puderam realizar projetos de diferentes peças de mobiliário, e que foram apresentadas em assembleia para os moradores. Todas as peças de mobiliário foram efetivamente construídas nas marcenarias da Escola da Cidade e da Ocupação 9 de Julho, a preço de custo e com valores inferiores aos encontrados no mercado popular. O mobiliário foi exibido no apartamento 909, que ficou aberto para visitação durante alguns meses, e suas peças doadas para os moradores da ocupação.





Fotos: Cozinha Ocupação 9 de Julho.

O modelo de revitalização dos espaços abandonados proposto por esses movimentos do centro de São Paulo é um exemplo viável e com custo zero para os cofres públicos.

Até agora, o MSTC realizou, às suas próprias custas, várias ações de requalificação da segurança de domicílios e áreas comuns, que já atenderam cerca de 70% das diretrizes estabelecidas pela Defesa Civil.



“Em junho de 2019, o MSTC apresentou à Prefeitura de São Paulo, por intermédio dos secretários municipais da Habitação e da Cultura, uma proposta de parceria público popular (novo tipo de PPP), na qual, em troca da concessão do imóvel por um período de 30 anos, se compromete a implantar um programa de locação social e um programa de atividades culturais, de acordo com as políticas municipais de habitação, cultura e economia criativa. Os custos para implantação desses programas, incluindo a finalização da reforma do prédio, seriam arcados pelo próprio movimento e por seus parceiros nacionais e internacionais, sem nenhum gasto para os

cofres municipais. Ao final do prazo de concessão, de maneira similar às PPPs tradicionais, estabelecidas com empresas privadas, o imóvel retornaria ao Município. Vislumbra-se, por meio de programas de locação social administrados por movimentos sociais, na forma de autogestão, e implantados em edifícios públicos abandonados, uma nova forma de viabilizar a moradia popular no centro de São Paulo, garantindo o direito constitucional à moradia e evitando que essas famílias sejam expulsas e passem a aumentar o contingente de moradores em situação de rua ou das ocupações em áreas de mananciais.” Celso Carvalho, arquiteto

“Ela compreende a importância e a força do mercado, por isso o vê como parceiro estratégico, com quem vale a pena unir forças. É uma das poucas lideranças com capacidade de dialogar com funcionários públicos, com a iniciativa privada e até com aqueles que discordam de sua atuação. Ela realiza a partir das ideias que surgem. Reúne experiência prática e fundamental para aprendermos a desenvolver saídas mais acessíveis para toda a população.” a Magik JC – construtora André Czitrom, empresário

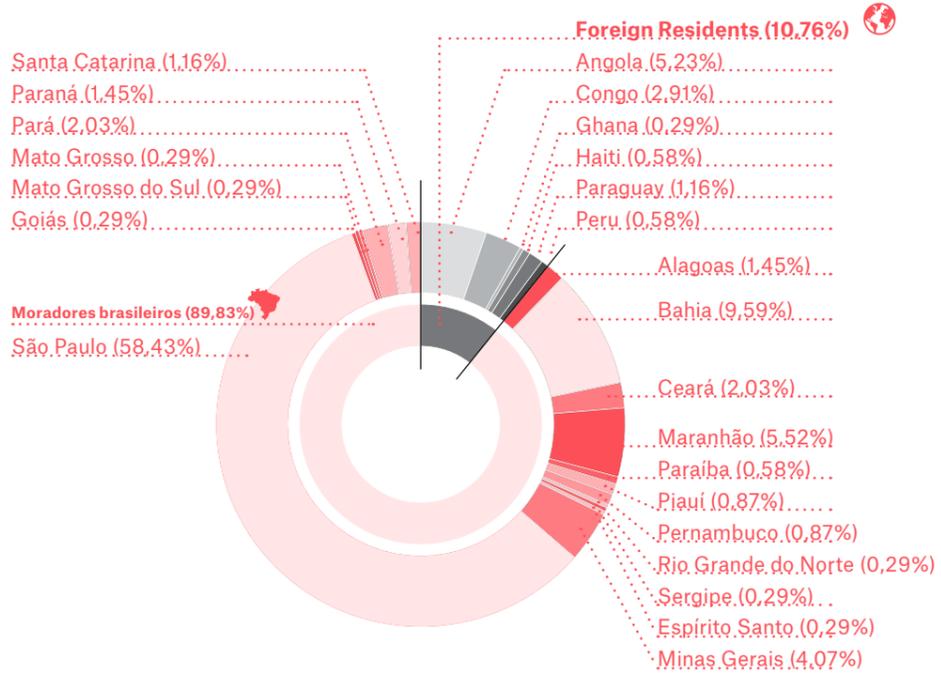
Carmen atua numa lacuna da sociedade, em um modelo parecido com o da Enterprise Community [organismo sem fins lucrativos sediado em Columbia, Maryland, que constrói habitações acessíveis nos Estados Unidos para famílias de baixa renda]. Essa organização tem um braço de financiamento e outro de gestão – algo que as empresas sociais brasileiras ainda não conseguiram, e que Carmen maneja muito bem. Ela vem desenvolvendo uma metodologia que não tem paralelo na cadeia econômica do país. Seu sucesso está baseado na busca de financiamento, gestão territorial, predial e de pessoas. Ela ainda responde pela administração comunitária da obra de recuperação do imóvel. Philip Yang, fundador do Instituto Urbem, empresário do setor de petróleo, gás, mineração e energia, mestre em administração pública pela Harvard Kennedy School, serviu como diplomata brasileiro em Genebra, Pequim e Washington.

“Nunca nos colocamos contra o poder público e sempre acatamos os seus marcos regulatórios: Ministério das Cidades, hoje Capacidades; portarias estaduais e municipais; conselhos municipal e estadual de habitação, entre outros. Nosso trabalho é tão grande que, além do emprego de mão de obra gratuita tanto técnica quanto operacional, temos encargos para pagar, pois para nós nada sai de graça. Estamos dispostos a contribuir para ensinar a metodologia do trabalho em rede, para não se esvaziar as reservas dos cofres públicos. A receita é simples, trabalhar em rede.” Carmem Silva

O EDIFÍCIO 9 DE JULHO - RUA ÁLVARO DE CARVALHO 427

ORIGEM DOS MORADORES

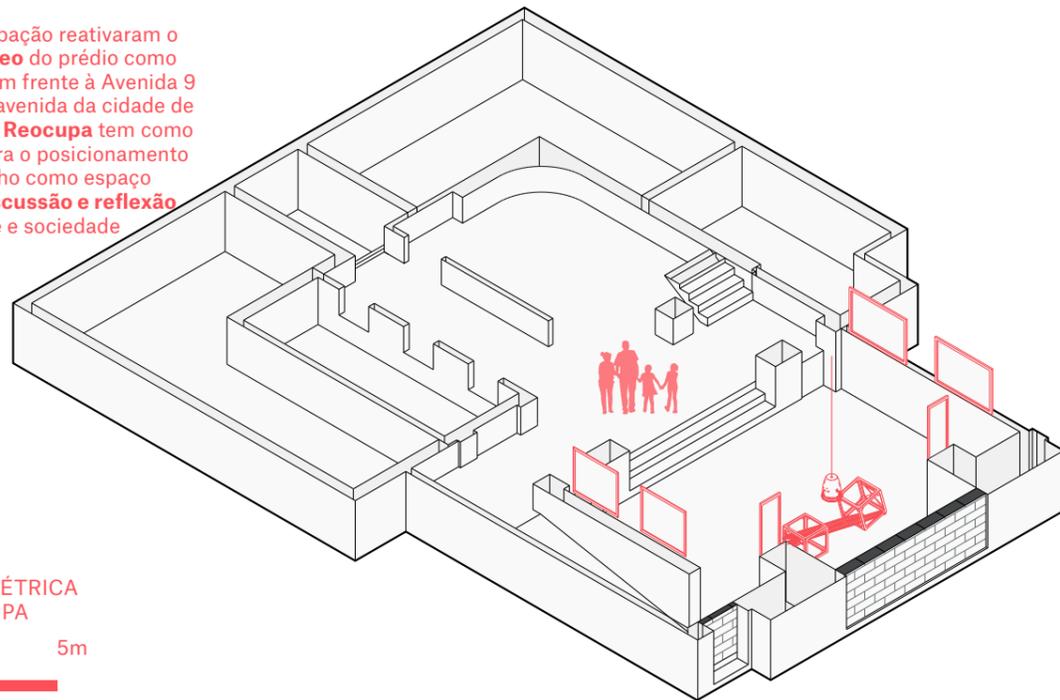
78,35% dos moradores estrangeiros são de origem africana.



Depois de São Paulo, que corresponde a 58,43% da origem dos moradores, os brasileiros de **origem nordestina** correspondem à maior parcela (21,51%), principalmente do Maranhão e da Bahia (15,12%). Essa região, da década de 1950 até meados da década de 2000, representou uma forte onda migratória para a cidade de São Paulo.

GALERIA REOCUPA

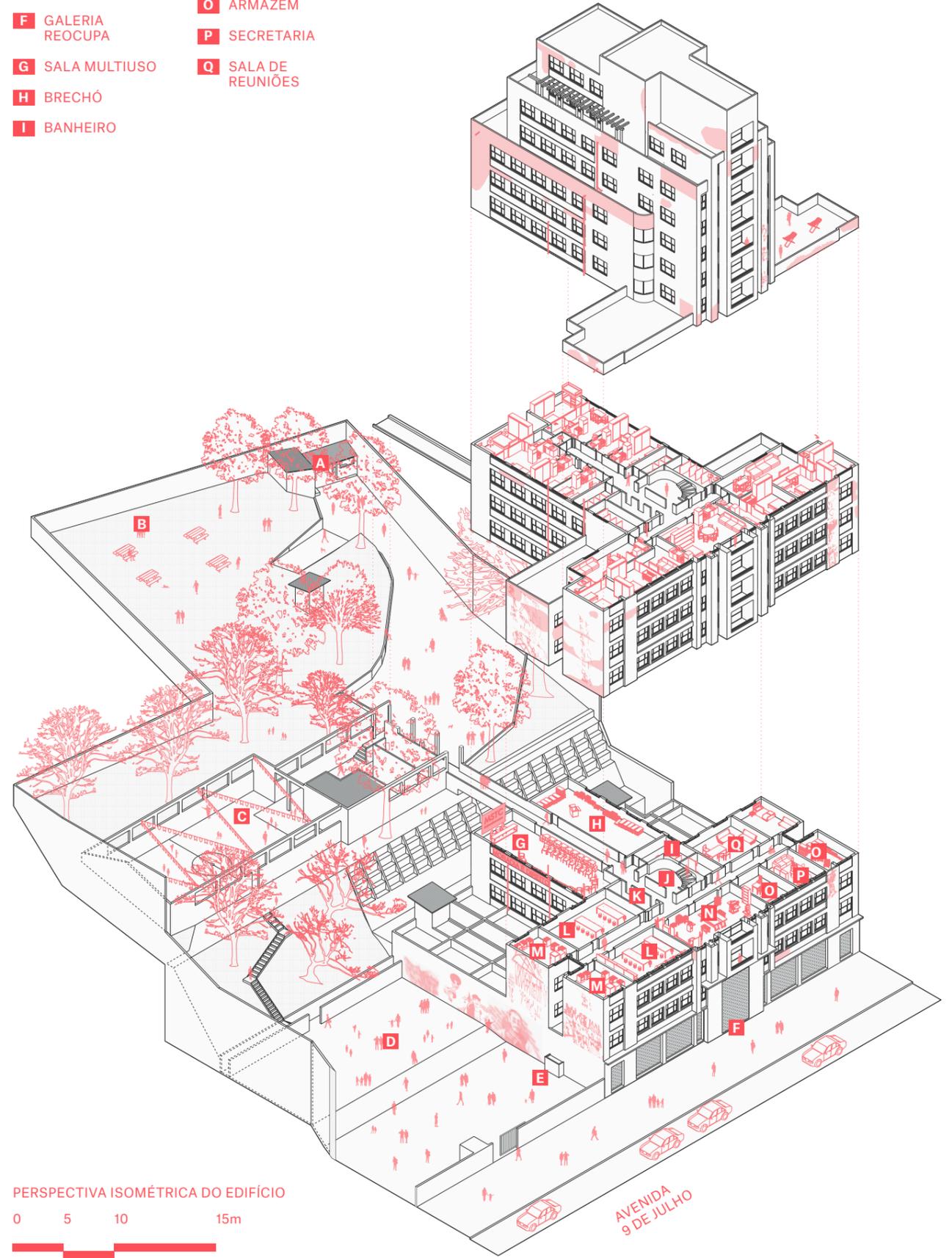
Os moradores da ocupação reativaram o antigo saguão no **térreo** do prédio como uma galeria de arte, em frente à Avenida 9 de Julho (importante avenida da cidade de São Paulo). A **Galeria Reocupa** tem como objetivo contribuir para o posicionamento da Ocupação 9 de Julho como espaço de referência para **discussão e reflexão sobre cultura**, cidade e sociedade contemporânea.



PERSPECTIVA ISOMÉTRICA DA GALERIA REOCUPA

0 1,25 2,50 5m

- A** ENTRADA PRINCIPAL
- B** JARDIM
- C** QUADRA DE ESPORTES
- D** ESTACIONAMENTO
- E** CENTRAL DE GÁS
- F** GALERIA REOCUPA
- G** SALA MULTIUSO
- H** BRECHÓ
- I** BANHEIRO
- J** ESCADAS
- K** ELEVADOR (sem serviço)
- L** SALA DE JANTAR
- M** COZINHA
- N** MARCENARIA
- O** ARMAZÉM
- P** SECRETARIA
- Q** SALA DE REUNIÕES



PERSPECTIVA ISOMÉTRICA DO EDIFÍCIO

0 5 10 15m

AVENIDA 9 DE JULHO

ESTÚDIO 9 DE JULHO

Maio à agosto de 2019

Architecture
of Appri

O Estúdio 9 de Julho foi uma iniciativa consolidada por ocasião da Bienal de Arquitetura de Chicago, envolvendo alunos de pós graduação e professores da Escola da Cidade, junto à colaboradores, ativistas e multiplicadores do MSTC em uma ação conjunta de produção e reunião do material apresentado.

MSTC

MOVIMENTO SEM TETO DO CENTRO



Colaboradores

O grupo inteiro em 2014

MSTC - MOVIMENTO SEM TETO DO CENTRO

O MSTC é um movimento social que atua na mobilização e organização de famílias em situação de rua que lutam por condições dignas de moradia, fundado na crença de que, enquanto existir um trabalhador incapaz de ter uma casa para morar, o combate à especulação imobiliária deve continuar. O movimento, juntamente com o governo e a sociedade civil, promove ações e debates que garantem que o direito constitucional, de acesso à moradia, possa ser executado adequadamente pelo governo. Isso é realizado ao longo da criação e promoção de medidas alternativas às falhas estruturais cometidas pelas autoridades públicas nas últimas décadas em termos de planejamento urbano, social, políticas de inclusão e moradia para as metrópoles brasileiras. www.movimentosemtetodocentro.com.br

Escola de Arquitetura

Escola de Arquitetura

Escola de Arquitetura

Escola de Arquitetura

Experiência arrojada e independente de nível universitário em ensino de arquitetura, a Escola da Cidade é entendida como uma atividade colaborativa e multidisciplinar, orientada para o desenvolvimento social. É a materialização do sonho de um grupo de arquitetos em conjunto com outros profissionais, que visa capacitar arquitetos, urbanistas, críticos e cidadãos, a conhecer o seu entorno e realidade, e contribuir com o exercício de sua profissão transformando a condição da vida das cidades. Seu projeto pedagógico ganha corpo em um conjunto articulado e consistente de conteúdos, ações e disciplinas que criam uma interdisciplinaridade e experiências de aprendizado permeáveis ao mundo exterior. O estúdio da 9 de Julho, coordenado por Luis Felipe Abbud, foi criado dentro da escola a fim de organizar e promover atividades pedagógicas em conjunto com os ocupantes da 9 de Julho e já produziu uma ampla gama de produtos, como intervenções efetivas de construção e infraestrutura, design de móveis, pesquisa e atividades socioculturais desenvolvidas em conjunto com os habitantes do prédio ocupado. Para mais informações: www.escoladacidade.org

Escola de Arquitetura

Escola de Arquitetura

Escola de Arquitetura

Escola de Arquitetura

O GRUPO INTEIRO

Co-curadores, artistas, editores, instalações e designers

Composto por Carol Tonetti, Cláudio Bueno, Ligia Nobre e Vitor Cesar, O Grupo Inteiro reúne diferentes práticas e repertórios. Desde 2014, o grupo se posicionou como uma encruzilhada. Busca, assim, multiplicar caminhos e estabelecer condições para o diálogo público por meio de proposições estéticas políticas por diferentes redes, plataformas e projetos realizados por seus membros e colaboradores. As proposições e projetos mais recentes realizados pelo grupo incluem: “Condutores” (2016) no MASP e Sesc Interlagos, “Manejo” (2016) em colaboração com Jorge Menna Barreto na 32ª Bienal de São Paulo, “Fields of Prepositions”(2016) no Sesc Ipiranga em parceria com a Central Saint Martins / UAL (Londres),“ Mano Fato Mano ”no Centro Cultural São Paulo (2014-2015),“ Metacozinha ”na Casa do Povo (2015),“ Obstáculo” e “Teia” para “A Marquise, o MAM e nós no meio” no MAM São Paulo (2018), “Correspondência” para Pro-Helvetia / FAR ° / Collège de Marens (Suiça), “Polvo” para “Campos de Invisibilidade” no Sesc Belenzinho (2018-19) sobre a infraestrutura tecnológica global e seus modos de operação em relação à dinâmica da vida e da Terra. Para mais informações: www.ogrupointeiro.net

O grupo inteiro em 2014

Ficha técnica

O grupo inteiro em 2014

QUEM NÃO LUTA, TÁ MORTO!

Publicação produzida na ocasião da
Bienal de Arquitetura de Chicago, 2019
Carla Caffé, Estúdio 9 de Julho +
MSTC e O grupo inteiro (Org.)

Publicado pela Bienal de Arquitetura de
Chicago 2019, sob o tema "... and other
such stories", com curadoria de Yesomi
Umulo, Sepake Angiama, and Paulo
Tavares

CHICAGO
ARCHITECTURE
BIENNIAL

...AND
OTHER
SUCH
STORIES



escola
da
cidade

editora
escola
da cidade